

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	2023	2022
ATIVO		269.312.959	301.901.162
Circulante		32.554.137	68.680.393
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.887.056	12.263.145
Caixa		2.603	1.418
Banco C/ Movimento - Recursos com Restrição		17.699	11
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		7.866.755	12.261.716
Créditos a Receber		20.849.038	51.143.459
Contrato de Gestão e Convênios	5	19.042.950	49.228.665
Adiantamento a Colaborador	6	531.139	548.283
Adiantamento a Fornecedor	7	89.450	30.371
Crédito Judicial	8	459.839	301.942
Despesas Antecipadas	9	39.102	25.613
Outros Direitos	10	686.557	1.008.584
Estoques	11	3.818.044	5.273.790
Estoque com Restrição		3.818.044	5.273.790
Não Circulante + Compensado		236.758.822	233.220.769
Realizável a Longo Prazo	12	-	56.217.545
Contrato de Gestão		-	56.217.545
Investimentos		-	-
Imobilizados	13	7.209	-
Imobilizados		7.209	-
Intangível		-	-
Ativo Compensado	27	236.751.613	177.003.224
Contrato de Gestão		103.676.886	50.273.440
Bens Cedidos		5.159.343	4.909.941
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		96.903.626	99.736.913
Estoque Terceiros		7.790.079	926.201
Isenção Cebas		23.221.679	21.156.731

	Nota	2023	2022
PASSIVO		269.312.959	301.901.162
Circulante		29.284.323	65.828.740
Fornecedores de Bens e Serviços	14	12.159.353	12.583.402
Contratos a Faturar	15	5.176.181	-
Obrigações Pessoal	16	49.849	186.572
Obrigações Sociais	17	2.431.793	2.523.256
Obrigações Tributárias	18	431.252	535.482
Outras Obrigações	19	839.025	879.418
Provisões Folha de Pagamento	20	8.196.870	8.295.514
Subvenções a Realizar	21	-	40.825.097
Não Circulante + PL + Compensado		240.028.636	236.072.422
Não Circulante		3.277.023	59.069.198
Contrato de Gestão	22	-	56.217.545
Processos/Contingências	23	3.277.023	2.851.653
PATRIMÔNIO LIQUIDO		-	-
Patrimônio Social		-	-
Superávit ou Déficit Acumulado		-	-
Passivo Compensado	27	236.751.613	177.003.224
Contrato de Gestão		103.676.886	50.273.440
Bens Cedidos		5.159.343	4.909.941
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		96.903.626	99.736.913
Estoque Terceiros		7.790.079	926.201
Isenção Cebas		23.221.679	21.156.731

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		222.279.537	189.582.928
Receita com Atividades na Saúde c/ Restrição	24	222.279.537	189.582.928
Receitas de Subvenção Governamental		222.279.537	189.582.928
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(145.429.465)	(128.551.863)
Despesas/Custos c/ Material, Serviços e Pessoal	25	(145.429.465)	(128.551.863)
Custos com Materiais		(39.524.139)	(35.460.022)
Outras Despesas		(178.030)	(103.382)
Custos com Serviços		(4.511.165)	(6.089.559)
Custo com Manutenção		(44.772)	-
Despesas com Pessoal		(89.522.670)	(78.894.104)
Encargos Trabalhistas		(11.257.211)	(7.613.000)
Benefícios Trabalhistas		(391.477)	(391.797)
RESULTADO BRUTO		76.850.071	61.031.064
DESPESAS OPERACIONAIS		(76.850.071)	(61.031.064)
Despesas c/ Atividade de Saúde c/ Restrição	26	(76.850.071)	(61.031.064)
Despesas de Apoio Administrativo		(89.636)	(41.686)
Despesas Financeiras		(13.676)	(21.917)
Despesas Tributárias		(16.501)	(19.401)
Serviços Contratados		(54.896.505)	(43.706.880)
Aluguéis Operacionais		(2.830.735)	(2.358.970)
Manutenção		(8.828.840)	(7.035.731)
Rateio Despesas Administrativas		(6.075.873)	(6.004.662)
Despesas c/ Execução do Patrimônio		(2.221.418)	(1.428.448)
Processos/Contingências		(1.876.887)	(413.367)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 - EM REAIS)

	2023	2022
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	-	-
Superávit / Déficit Ajustado	-	-
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	87.967.712	(37.750.351)
Clientes e Outros Diretos	322.028	(521.559)
Créditos Judiciais	(157.897)	510.322
Recursos Subvenção Governamental	86.403.260	(39.658.081)
Adiantamento a Colaboradores	17.144	(86.801)
Adiantamento de Fornecedores	(59.079)	2.058
Estoque	1.455.746	2.003.204
Despesas Antecipadas	(13.489)	507
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(92.336.592)	7.217.260
Fornecedores de Bens e Serviços	(424.048)	4.256.170
Contratos a Faturar	5.176.181	-
Obrigações com Colaboradores	(136.723)	173.125
Encargos Sociais	22.225	218.303
Obrigações Tributárias	(217.919)	290.866
Outras Obrigações	(40.393)	187.220
Provisões de Folha de Pagamento	(98.644)	1.303.224
Contrato de Gestão e Convênios	(97.042.642)	1.457.359
Processos/Contingências	425.370	(669.008)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(4.368.880)	(30.533.091)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.209)	-
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo	(7.209)	-
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(7.209)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.376.089)	(30.533.091)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	12.263.145	42.796.236
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.887.056	12.263.145
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	(4.376.089)	(30.533.091)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECURSOS RECEBIDOS	211.800.944	151.374.316
Recursos Subvenção Governamentais	211.640.155	151.382.206
Outros Recebíveis	160.789	(7.890)
PAGAMENTOS REALIZADOS	(213.948.405)	(180.478.959)
Fornecedores de Insumos e Bens	(71.595.145)	(54.932.913)
Contratos a Faturar	5.176.181	-
Estoque e Custo com Materiais	(38.068.393)	(33.456.819)
Obrigações com Colaboradores, Benefícios e Encargos Sociais	(101.268.713)	(86.594.274)
Obrigações Tributárias e Despesas Tributárias	(231.078)	268.118
Outros Obrigações e Obrigações com Rateio	(6.294.296)	(5.920.823)
Provisões Folha de Pagamento	(98.644)	1.303.224
Processos/ Contingências	(1.451.517)	(1.082.375)
Despesas de Apoio Administrativo	(103.125)	(41.180)
Despesas Financeiras	(13.676)	(21.917)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.147.461)	(29.104.643)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens e Direitos para Ativo e Despesas com Execução	(2.228.627)	(1.428.448)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.228.627)	(1.428.448)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
SALDO TOTAL LÍQUIDO DE OPERACIONAL/INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	(4.376.089)	(30.533.091)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	12.263.145	42.796.236
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.887.056	12.263.145
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	(4.376.089)	(30.533.091)



agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DMPL	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Fundo Social em 31/12/2021			
Apropriação do Superávit/Déficit 2021			
Superávit/Déficit do Exercício 2022			
Fundo Social em 31/12/2022	-	-	-
Apropriação do Superávit/Déficit 2022			
Superávit/Déficit do Exercício 2023			
Fundo Social em 31/12/2023	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo - CRER unidade hospitalar filial constituída pela Agir - Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde, uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº. 5.591/2002, constituída em 06 de maio de 2002, tendo iniciado suas atividades em 01 de agosto de 2002 com a finalidade básica de promoção de ações assistenciais de atenção à saúde. Para a obtenção de suas finalidades, as fontes de recursos provêm de contribuições dos associados, recursos do Fundo Municipal de Saúde (SUS), subvenções, doações, contratos de gestão com entidades públicas, aplicações financeiras de subvenções.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente nas operações contábeis e financeiras do CRER, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

• As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros de acordo com a **Resolução 1409/12**, que aprova a **ITG 2002 (R1)** – Entidades sem finalidade de lucros e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucros.

• Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

• A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na **nota 3**.

2.1.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SUPERINTENDENTES

A superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2023** e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em **2023** a unidade hospitalar manteve a estrutura com **CNPJ 05.029.600/0001-04 – CRER**.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. CONTRATO DE GESTÃO

Visando o gerenciamento das ações e serviços de saúde a Agir/CRER assinou Contrato de Gestão:

Contrato de Gestão 123/11-SES/Agir/CRER. Em 28 de junho de 2011, foi firmado contrato de gestão com o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, visando estabelecer o compromisso entre as partes

para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo/CRER**: 13º Termo Aditivo vigente assinado em **22/12/2023**, com vigência de **28/03/2023** até **27/03/2024**, com possibilidade de renovação.

2.5. ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Com o intuito de unificação e tratamento contábil, bem como a padronização a SES - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás através do Ofício Circular nº 689/2020 – SES e posteriormente o Ofício Circular nº. 797/2020 – SES determinou a adequação do Plano de Contas de todas as unidades administradas por OS's a adotar o modelo SES-GO, sendo assim, as unidades administradas pela Agir: CRER adotou o Plano de Contas modelo SES-GO a partir de 2021.

A Agir com objetivo de garantir a gestão efetiva das informações contábeis e financeiras objetivando registros confiáveis, rastreabilidade e transparência no que se refere a adequada aplicação dos recursos financeiros geridos pela Agir, declarou em outubro de 2021, a Política Contábil e Financeira.

3. ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADOS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Contemplam numerário em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados no custo acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

b) Regime de Apropriação

Os custos, as despesas e as receitas da entidade foram apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade (grau de liquidez), respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Não Circulante.

c) Apuração de Resultado

• As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

• As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

• As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes financeiros que o CRER haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 a unidade hospitalar registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa n.º 31.

d) Ativos e Passivos Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do Balanço Patrimonial.

e) Julgamentos ou Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das Demonstrações Contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor

**agir**

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) As subvenções a apropriar, para as quais a unidade tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis) e (b) provisão para riscos e processos judiciais.

f) Receitas de Aplicações de Subvenções

As aplicações financeiras referentes aos recursos recebidos de subvenções estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço Patrimonial.

g) Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições deste Pronunciamento CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição, deduzido das perdas decorrente do fluxo normal das atividades. Na unidade hospitalar está relacionada, principalmente a materiais hospitalares, medicamentos e de consumo para serem utilizados junto aos clientes atendidos no hospital, sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

i) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, construção ou doação, até a conclusão dos procedimentos de transferência para a Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, conforme determina o contrato de gestão. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. Após a formalização da transferência dos bens, o CRER fica com a obrigação de guarda, controle e manutenção dos mesmos.

j) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura/nota fiscal ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

k) Aspectos Tributários

A Agir é uma entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195 da Constituição Federal, portanto, imune/isenta de recolhimento de impostos e contribuições, e é detentora da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), atualmente renovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022, com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024.

l) Gratuidades – Atendimento SUS

Em decorrência da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedida em 2012, renovada através da portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022 com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024.

A unidade hospitalar atende somente a clientes da rede SUS, portanto cumprindo as determinações das Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 que dispõem sobre o CEBAS regulamentada pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014. (Revogada pela Lei complementar 187 de dezembro de 2021).

m) Provisão para Prováveis Perdas em Processos Judiciais

O CRER é parte em processos judiciais, conforme descrito na nota 23. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Agir.

n) Patrimônio Social

O Patrimônio Social do CRER é apresentado com saldos nulos, em razão do cumprimento do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, item 15, letra (b), onde se lê:

(b) "subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação".

E item 16, onde se lê:

"É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados".

o) Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2023	2022
Caixa	2.603	1.418
Bancos Conta Movimento (A)	17.699	11
Aplicações Financeiras (B)	7.866.755	12.261.716
TOTAL	7.887.056	12.263.145

(A) Recursos vinculado ao Contrato de Gestão, o qual não foi transferido para contas de aplicação devido a procedimentos administrativos.

(B) As aplicações financeiras são recursos de subvenções e referem-se substancialmente a CDB (Certificado de Depósito Bancário), remuneradas a taxa de 97,50% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se aos valores de serviços prestados ainda em fase de recebimento, apropriação de contratos de gestão junto a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás e recursos a receber do Fundo Municipal de Saúde (SUS) por serviços prestados pelo CRER.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subvenções a receber (A)	19.042.950	49.228.665
TOTAL	19.042.950	49.228.665

(A) Saldo referente ao Convênio do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 4.099.042 e R\$ 14.943.908 referem-se ao Contrato de Gestão. A redução do valor ocorreu devido a reclassificação de saldo para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás – SES-GO.

6. ADIANTAMENTO A COLABORADOR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Adiantamento de Férias (A)	394.728	455.561
Adiantamento a Colaborador (A)	26.626	2.737
Adiantamento de Plano de Saúde (A)	109.785	89.985
TOTAL	531.139	548.283

(A) Os adiantamentos realizados aos colaboradores são valores pagos de acordo com a legislação específica do trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, com realização prevista para o mês de janeiro de 2024.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDOR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Adiantamento a Fornecedores	1.258	330
Creditos com Fornecedor (A)	88.192	30.041
TOTAL	89.450	30.371

(A) As condenações judiciais suportadas nas ações envolvendo a OFFICE Segurança como 1º Requerido foram pagas em razão da atribuição de responsabilidade subsidiária à tomadora de serviços, AGIR, para o pagamento das verbas trabalhistas rescisórias devidas aos funcionários que prestaram serviços em nossas unidades de saúde por meio da empresa em questão. Esta atribuição se deu pelo fato de a referida empresa ter decretado sua recuperação judicial. Diante deste cenário, a AGIR está providenciando sua habilitação nos autos da recuperação judicial para tentar reaver os valores pagos nestes casos, visto que se trata de crédito trabalhista devido pela OFFICE Segurança.

8. CRÉDITO JUDICIAL

Os depósitos judiciais são recursos depositados em decorrência das ações do curso normal das atividades.



agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DESCRIÇÃO	2023	2022
Créditos Judiciais (A)	459.839	301.942
TOTAL	459.839	301.942

(A) Valor de depósito judicial de R\$ 459.839 é composto dos seguintes processos trabalhistas:

Processo nº. 0010383-62.2020.5.18.0017 - Valor R\$ 37.481,07;
Processo nº. 0010780-20.2021.5.18.0007 - Valor R\$ 7.295,97;
Processo nº. 0010035-97.2022.5.18.0009 - Valor R\$ 18.877,46;
Processo nº. 0011438-30.2018.5.18.0002 - Valor R\$ 10.568,22;
Processo nº. 0010377-11.2022.5.18.0009 - Valor R\$ 43.407,64;
Processo nº. 0010899-53.2022.5.18.0004 - Valor R\$ 1.000,00;
Processo nº. 0010517-22.2020.5.18.0007 - Valor R\$ 32.717,81;
Processo nº. 0010539-49.2021.5.18.0006 - Valor R\$ 170.168,65;
Processo nº. 0010894-44.2021.5.18.0011 - Valor R\$ 6.148,19;
Processo nº. 0010855-13.2022.5.18.0011 - Valor R\$ 6.568,19;
Processo nº. 0010442-63.2023.5.18.0011 - Valor R\$ 6.332,57;
Processo nº. 0010656-73.2023.5.18.0016 - Valor R\$ 6.332,57;
Processo nº. 0011672-70.2019.5.18.0015 - Valor R\$ 28.325,16;
Processo nº. 0010121-52.2023.5.18.0003 - Valor R\$ 12.665,14;
Processo nº. 0010188-69.2023.5.18.0018 - Valor R\$ 18.012,11;
Processo nº. 0010066-92.2023.5.18.0006 - Valor R\$ 6.332,57;
Processo nº. 0011266-16.2023.5.18.0013 - Valor R\$ 2.959,24;
Processo nº. 0010660-06.2023.5.18.0007 - Valor R\$ 6.332,57;
Processo nº. 0010842-93.2022.5.18.0017 - Valor R\$ 6.332,57;
Processo nº. 0011672-70.2019.5.18.0015 - Valor R\$ 4.406,48;
Processo nº. 0010608-80.2023.5.18.0016 - Valor R\$ 27.575,00.

Os créditos judiciais estão classificados no ativo circulante por ter a previsibilidade de execução das ações no ano 2024.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de valores relativos a seguros referentes a bens corpóreos da unidade, como prédios e veículos.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Prêmios de Seguros a Apropriar	39.102	25.613
TOTAL	39.102	25.613

10. OUTROS DIREITOS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Empréstimos Estoque Concedidos (A)	672.292	989.164
Direito CRER a Receber HUGOL (B)	9.587	1.172
Direito CRER a Receber Agir (B)	-	9.313
Direito CRER a Receber HDS (B)	1.640	3.796
Outros Direitos	3.033	1.793
Tributos a Recuperar	5	3.346
TOTAL	686.557	1.008.584

(A) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(B) Refere-se as despesas de pessoal/encargos de colaboradores transferidos entre unidades.

11. ESTOQUES

Os estoques estão relacionados principalmente a materiais hospitalares e medicamentos a serem utilizados na operacionalização da unidade hospitalar. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Medicamentos	654.303	1.238.506
Material Médico Hospitalar	1.004.228	1.687.188
Odontologia	15.772	38.130
Ludoterapia / Terapia	1.133	4.315
Nutrição e Dietética	60.720	63.374
Dietas	5.278	18.281
Material de Higiene / Limpeza	21.489	13.247
Expediente Administrativo	87.144	89.991
Produtos Químicos	14.703	13.940
Móveis / Utensílios / Mat. Relac.	6.400	3.799
Móveis / Utensílios - Consumo	184	1.084
Acessórios de Informática	186	55
Rouparia	-	5.500
Uniforme	11.658	17.580
Segurança	46.290	24.631
Materiais de Manutenção	553.385	632.945
Acessórios	-	7.670
Cirurgias	12.107	17.240
Equoterapia	-	17.850
Estoque de Aparelhos Auditivos	104.305	129.564
Oficina Ortopédica	1.216.118	1.244.862
Órteses e Próteses	2.642	4.038
TOTAL	3.818.044	5.273.790

12. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

É considerado um ativo realizável a longo prazo aquele que só se tornará líquido em um prazo maior que um ano.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão (A)	-	6.040.720
Contrato de Gestão (A)	-	48.860.228
Contrato de Gestão (A)	-	1.316.597
TOTAL	-	56.217.545

(A) O montante a receber da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, referente ao 7º, 8º e 10º Termos Aditivos do Contrato de Gestão, foram reclassificados para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6 letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás - SES-GO.

13. IMOBILIZADO

Imobilizado refere-se aos bens tangíveis de longo prazo que uma empresa possui e utiliza em suas atividades.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Equip. Refrigeração / Climatização (A)	7.209	-
TOTAL	7.209	-

(A) Valor referente a aquisição de bens com saldo em conta transitória, aguardando a colocação do equipamento em operação.

14. FORNECEDORES

Os fornecedores em 31 de dezembro de 2023 do CRER com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias, as obrigações a pagar referem-se às aquisições de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da unidade.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores de Insumos	5.767.828	5.875.286
Fornecedores de Serviços Médicos	2.407.246	1.872.226
Fornecedores de Serviços Diversos	3.877.938	4.800.012
Fornecedores de Bens Patrimoniais	106.341	35.877
TOTAL	12.159.353	12.583.402

15. CONTRATOS A FATURAR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contratos a Faturar Serviços Médicos (A)	2.555.243	-
Contratos a Faturar Serviços Diversos (B)	2.620.938	-
TOTAL	5.176.181	-

(A) Do montante, o valor de R\$ 2.555.243 refere-se aos lançamentos de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024.

(B) Do montante, o valor de R\$ 2.620.938 refere-se aos lançamentos de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024.

16. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As obrigações com pessoal do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência. Os saldos de acordos judiciais foram liquidados no decorrer do ano de 2023.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Salários a Pagar	12.741	3.840
Rescisões a Pagar	35.129	11.476
Pensão Alimentícia a Pagar	1.980	-
Acordos Judiciais Trabalhistas	-	171.257
TOTAL	49.849	186.572

Os saldos de Acordos Judiciais Trabalhistas foram liquidados no decorrer do ano de 2023.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a INSS, FGTS, Contribuição Sindical e Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento com liquidação prevista para janeiro de 2024.

DESCRIÇÃO	2023	2022
INSS a Recolher	370.242	371.414
FGTS a Recolher	759.723	742.554
Contribuição Sind./ Assist. / Assoc.	68.688	62.460
IRRF sobre Folha de Pagamento a Recolher	1.233.140	1.346.828
TOTAL	2.431.793	2.523.256

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias do CRER foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a retenção sobre serviços de terceiros, com liquidação prevista para janeiro de 2024.

**agir**

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

DESCRIÇÃO	2023	2022
IRRF Ret. Serv. de Terc. a Recolher	62.254	63.540
ISS Retido a Recolher	106.746	111.763
PIS/COFINS/CSLL Serv. Terceiro a Recolher	180.620	175.335
INSS Ret. Serv. Terc. a Recolher	81.632	184.845
TOTAL	431.252	535.482

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outras Obrigações (A)	-	2.077
Obrigações Crer a pagar Agir (A)	7.343	39.667
Obrigações Crer a pagar Hugol (A)	3.438	4.202
Empréstimos de Estoque Recebido (B)	383.412	256.341
Obrigações com Rateio Agir (C)	434.637	577.131
Caução Contrato Rodrigues Construtora (D)	10.195	-
TOTAL	839.025	879.418

(A) Refere-se ao curso ministrado pelo CED/Agir desconto em folha mensal, e despesa de pessoal/encargos de colaboradores transferidos entre unidades no ano de 2023.

(B) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(C) Valores não repassados do CRER referente as despesas administrativas da Agir que são rateadas entre as unidades hospitalares.

(D) Valor de R\$ 10.195 refere-se à caução sobre contrato de construção civil.

20. PROVISÕES FOLHA DE PAGAMENTO

Os saldos são compostos por provisão de férias e encargos.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisão de Férias	7.589.694	7.681.031
Provisão de FGTS sobre Férias	607.176	614.483
TOTAL	8.196.870	8.295.514

21. SUBVENÇÕES A REALIZAR - CIRCULANTE

Representado por valores a realizar do Contrato de Gestão e Convênios.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão	-	35.879.909
Fundo de Provisão para Fins Rescisórios - CRER (A)	-	3.398.630
Fundo Estadual de Saúde - Emenda Parlamentar	-	1.163.243
Ministério da Saúde 00003182-3 conv. 838124/2016 CRER	-	164.567
Ministério da Saúde 00003178-5 conv. 837505/2016 CRER	-	218.748
TOTAL	-	40.825.097

(A) Trata-se de fundo de provisão para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais. Deverá ser formado com depósitos mensais de 3% do valor repassado pelo parceiro público para pagamento de pessoal CLT (Contrato 003/2014 - SES/GO e Termos Aditivos. Em 2023 o saldo do fundo rescisório encontra-se zerado, pois o valor foi utilizado para pagamento de rescisões. Os valores a receber da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, referente ao 7º, 8º e 10º Termos Aditivos do Contrato de Gestão, foram reclassificados para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás - SES-GO.

22. SUBVENÇÕES A REALIZAR - NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subvenções a Realizar (A)	-	6.040.720
Subvenções a Realizar (A)	-	48.860.228
Subvenções a Realizar (A)	-	1.316.597
TOTAL	-	56.217.545

(A) O montante a receber da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, referente ao 7º, 8º e 10º Termos Aditivos do Contrato de Gestão, foram reclassificados para o Passivo Compensado, conforme orientação apresentada no Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante - SES (Secretaria Estadual de Saúde).

23. PROCESSOS/CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisão de Contingências Trabalhistas	3.275.696	1.526.592
Provisão de Contingências Cíveis	1.327	1.325.061
TOTAL	3.277.023	2.851.653

A administração, com base em informações de sua assessoria jurídica e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso.

O CRER é parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, decorrente do curso normal de suas operações. O registro contábil segue o que preconiza a lei, registrando somente quando existe **risco provável** de execução.

O CRER possui também Ações Judiciais Cíveis **R\$ 2.287.209** e Trabalhistas **R\$ 71.529** classificadas como possíveis, no seguinte montante de **R\$ 2.358.738**, em 2023.

24. RECEITA COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As receitas são de subvenções governamentais são reconhecidas ao longo do período do Contrato de Gestão e confrontada com as despesas, por meio de execução, que pretende compensar em base sistemática e atendidas as condições do CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistência Governamental.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão	222.279.537	189.582.928
TOTAL	222.279.537	189.582.928

25. DESPESAS / CUSTOS COM MATERIAIS, SERVIÇOS E PESSOAL

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Despesas com Pessoal	(89.522.670)	(78.894.104)
Encargos Trabalhistas	(11.257.211)	(7.613.000)
Benefícios Trabalhistas	(391.477)	(391.797)
Custo c/ recursos humanos	(101.171.358)	(86.898.901)
Custos com Materiais	(39.524.139)	(35.460.022)
Outras Despesas	(178.030)	(103.382)
Custos com Serviços	(4.511.165)	(6.089.559)
Custo com Manutenção	(44.772)	-
Custo c/ Recursos Hospitalares	(44.258.106)	(41.652.963)
TOTAL	(145.429.465)	(128.551.862)

Despesas e custos operacionais referente a manutenção das atividades desenvolvidas para garantir o funcionamento da unidade hospitalar.

26. DESPESAS COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Despesas de Apoio Administrativas	(89.636)	(41.686)
Despesas Financeiras	(13.676)	(21.917)
Despesas Tributárias	(16.501)	(19.401)
Serviços Contratados (A)	(54.896.505)	(43.706.880)
Aluguéis Operacionais	(2.830.735)	(2.358.970)
Manutenção	(8.828.840)	(7.035.731)
Rateio Despesas Administrativas	(6.075.873)	(6.004.662)
Despesas com Execução do Patrimônio (B)	(2.221.418)	(1.428.448)
Contingências Trabalhistas	(1.874.561)	(86.171)
Contingências Cíveis	(2.327)	(327.196)
TOTAL	(76.850.072)	(61.031.064)

(A) Do montante, o valor de R\$ 5.176.181, refere-se a lançamento de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024. As demais despesas referem-se às despesas ocorridas no decorrer do ano com documento fiscal emitido e escriturado até 31/12/2023.

(B) Valor refere-se execução de transferências de bens patrimoniais, conforme determina a Lei nº. 21.740/2022 - Art. 20. O CRER efetuou a transferência de seu ativo imobilizado para a Secretaria de Estado da Saúde/SES GO, ficando somente com a obrigação de guardar, zelar e manter. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

27. COMPENSADO

Os bens de terceiros sobre administração da unidade estão assim classificados:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subvenções a Receber - Contrato de Gestão	103.676.886	50.273.440
Estoque de Terceiros (A)	12.744	42.820
Bens Adquiridos com Recursos do Contrato de Gestão	96.903.626	99.736.913
Bens Comodato de Terceiros (B)	7.777.335	883.380
Isonção Cebas (C)	23.221.679	21.156.731
Bens Cedidos pela SES-GO	5.159.343	4.909.941
TOTAL	236.751.613	177.003.224

(A) Estoque de Terceiros composto pelas contas: Toxina Botulínica **R\$ 12.744**

**agir**

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

(B) Bens Comodato terceiros compostos pelas contas: Comodato – Máquinas Aparelhos e Equipamentos no valor de **R\$ 6.942.147**; Equipamentos de Processamento de Dados Eletrônico **R\$ 803.929**; e Moveis e Utensílios **R\$ 28.259**.

(C) Isenções CEBAS contabilizadas conforme a ITG 2002 (R1) - Contas de Compensação item 26, sendo assim foram apuradas de janeiro a dezembro de 2023 o valor de **R\$ 23.221.679**. Gratuidade renovada pela Portaria nº.639, de 22 de setembro de 2022, do Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

“Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil”.

29. SEGUROS

A unidade hospitalar adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais. Conforme demonstrado a seguir:

SEGURO CARRO – SAVEIRO ONE 4647			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
01.31.0110296.000000	22/02/2023 à 22/02/2024	CRER	R\$ 1.878
SEGURO CARRO – FIORINO FURGÃO 1.4 EVO FLEX ONQ 5631			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
100230061025	17/02/2023 à 17/02/2024	CRER	R\$ 501
SEGURO MICROÔNIBUS CRER – MERCEDES BENZ MASCA ONU 6645			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
01.31.0111323.00000	06/03/2023 à 16/03/2024	CRER	R\$ 304
SEGURO MICROÔNIBUS CRER – MASCARELLO GRAN MICRO PQI 6824			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
0531 14 10067346	26/06/2023 à 26/06/2024	CRER	R\$ 976
SEGURO PREDIAL CRER			
Descrição	Vigência	Unidade	Valor Residual a Apropriar
4061000010296	14/10/2023 à 14/10/2024	HDS	R\$ 35.444
TOTAL			R\$ 39.102

30. POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas do CRER, são levadas a cabo de escrituração contábil e reconhecimento, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, item 15, letra (b), logo, as subvenções, são reconhecidas como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação, pelo regime de competência. A receita de subvenção governamental é reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

31. VOLUNTARIADO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o CRER mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante o exercício. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido como se devido fosse com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, sendo estimado em **R\$ 17.115**.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCOS E LIQUIDEZ

A unidade hospitalar participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado e os títulos e valores mobiliários são avaliados ao valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

As atividades da entidade a expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A superintendência executiva juntamente com a superintendência de operações e finanças examinam e revisam informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da entidade.

a) Risco de Capital e de Liquidez:

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

Os objetivos da entidade ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações das unidades administradas.

b. Risco Legal:

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

33. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Superintendente Executivo e pelo Superintendente de Operações e Finanças em 13 de março de 2023.

Goiânia, 13 de março de 2023.

Diego Rodrigues da Silva
Gerente Corporativo Contabilidade e Finanças
CRC 24300/O-0

Claudemiro Euzébio Dourado
Superintendente de Operações e Finanças
CRA-GO 1993

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CORECON-2018/D

agir

CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO - CRER

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE - AGIR

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - AGIR, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem os relatórios gerenciais e de atividades da instituição, opinam pelas suas aprovações, sem ressalvas ou recomendações. De igual forma, após examinarem as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 2023, concluem, com base no parecer dos auditores externos independentes que as referidas demonstrações refletem fielmente a posição patrimonial e financeira da associação. Desse modo, manifestam, favoravelmente, pelo encaminhamento das citadas demonstrações para o Conselho de Administração e para a Assembleia Geral dos Associados e aos demais órgãos de fiscalização, opinando pela sua aprovação, sem ressalvas ou recomendações.

Goiânia, 15 de março de 2024.

César Helou

Alcides Rodrigues Júnior

Pedro Daniel Bittar

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Conselheiros do
CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO – CRER
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER (“CRER” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CRER em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram por nós auditadas e emitimos relatório datado de 15 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Representatividade – passivo trabalhista/previdenciário

Na análise da auditoria para verificação do atendimento do exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, a auditoria, para manifestar-se sobre a relação da evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas contas da auditada, constatou que a representatividade apurada foi de 4,72% em relação ao total das contas em 31 de dezembro de 2023, sendo que em 31 de dezembro de 2022 foi de 4,15%, ambos considerados aceitáveis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7

Protocolo 454799